

# DIA 19 DE OUTUBRO, 5ª FEIRA às 14 HORAS

## ATO NA CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA SEGUIDO DE ASSEMBLEIA



### PREFEITO QUER RASGAR O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS!

VAMOS CONTINUAR MOBILIZADOS  
E MOSTRAR A FORÇA DOS/AS  
FUNCIONÁRIOS/AS PÚBLICOS DE DIADEMA.  
É HORA DE UNIDADE E ORGANIZAÇÃO!



Mais uma vez, os/as trabalhadores/as municipais de Diadema mostraram que são bons de luta e estão atentos para não permitir nenhum ataque aos seus direitos.

Na manhã do último dia 11 de outubro, cerca de 400 servidores/as municipais de todos os setores da Prefeitura ocuparam a Câmara Municipal e deram o recado aos vereadores e ao Prefeito: não aceitaremos a retirada de direitos!

O Ato foi convocado pela Direção do Sindema, diante da informação de que a Administração pretendia enviar para a votação já naquela sessão da Câmara, projeto que altera a Lei Orgânica do Município e abre caminho para promover a retirada de direitos e demais mudanças que pretendem fazer no nosso Estatuto.

Conforme veiculado por jornal da região nos dia 10 e 11 de outubro, direitos como a Quarta-Parte, biênio, falta abonada e Licença Prêmio estão na mira do Governo Lauro Michels.

Por pressão da nossa mobilização, o governo recuou e não apresentou, naquela sessão às vésperas do feriado prolongado, o Projeto de Lei de mudança na Lei Orgânica de Diadema. Nossa presença massiva no Ato também fez com que vereadores se comprometessem, por meio de requerimento aprovado, a não votar em regime de urgência ou em sessão extraordinária, qualquer projeto que disponha sobre a alteração de direitos do funcionalismo público municipal. Uma reunião foi agendada entre vereadores, representantes da Administração e Direção do Sindema, na qual deixaremos claro, mais uma vez, nossa posição em defesa da manutenção de nossos direitos.

Em resumo: conquistamos uma primeira e importante vitória evitando que a Câmara Municipal votasse o projeto “passando o trator” a pedido do governo. Mas nada está decidido, apenas a continuidade da nossa mobilização, com ações amplas e unitárias de todos os funcionários pode fazer com que o Governo recue definitivamente em suas intenções e o conjunto dos vereadores se negue a votar qualquer projeto que prejudique o funcionalismo público.

**VAMOS À LUTA! NENHUM DIREITO A MENOS!**

FUNCIONALISMO SOB ATAQUE RESPONDE COM LUTA EM DEFESA DE SEUS DIREITOS!

# O SERVIÇO PÚBLICO E O FUNCIONALISMO ESTÃO AMEAÇADOS!

**PARE, PENSE, FAÇA SUAS CONTAS, REFLITA e VENHA PRA LUTA!**

Governo que tirar direitos e pretende mexer nos Adicionais por tempo de Serviço (ATS) além de outros direitos como falta abonada, licença prêmio e artigo 142, dentre outros.

Hoje temos dois Adicionais por tempo de serviço (ATS): o Biênio, garantido pelo artigo 108 do Estatuto dos Funcionários Públicos, que corresponde a 3% do salário base e é pago automaticamente a cada dois anos e a Quarta – Parte, que garante ao funcionário o direito a 25% (quarta parte) sobre o seu padrão de vencimento ao completar 20 anos de serviço público, contínuos ou não na PMD, previsto no o artigo 98. Ambos constam também no artigo 126 da Lei Orgânica do Município de Diadema

Você já fez as contas do que representam estes adicionais sobre a sua remuneração?

Com o biênio e quarta-parte como temos hoje, para um salário de R\$ 1.000,00, a cada biênio (2 anos) o servidor tem um adicional de R\$ 30,00.

Em 10 anos, esse adicional corresponde a R\$ 150,00. Em 20 anos, terá R\$ 300,00 referente aos biênios mais o adicional da quarta-parte, quen este exemplo será de R\$ 250,00 (corresponde hoje a 25% do seu salário base) e seu salário passará para R\$ 1550,00. Com 30 anos de Prefeitura de Diadema, os adicionais – biênio e quarta-parte – representam 70% do salário do servidor.

Segundo informações de jornais da região, estes e outros direitos estão na “mira” do governo Lauro Michels – por isso querem alterar a Lei Orgânica do Município e deixar o caminho “livre” para as mudanças no Estatuto dos Funcionários Públicos de Diadema.

Não aceitaremos a retirada de nossos direitos! Com nossa mobilização e nossa luta, defenderemos nossos direitos em Diadema e no Brasil. Nenhum direito a menos! Vamos à Luta!

**DIA 19 DE OUTUBRO, 5ª FEIRA, às 14 HORAS  
TODOS/AS NA CÂMARA MUNICIPAL DE DIADEMA!**

## Tabela de biênio e quarta parte hoje:

Anos	1	2	4	6	8	10	12	14	16	18	20	22	24	26	28	30
Biênio	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
%		3%	6%	9%	12%	15%	18%	21%	24%	27%	30%	33%	36%	39%	42%	45%
valor	1000	1030	1060	1090	1120	1150	1180	1210	1240	1270	1300	1330	1360	1390	1420	1450
	Quarta parte do salário base (1000)= R\$ 250										1550	1580	1610	1640	1670	1700

## CUT repudia decisão da CCJ e defende estabilidade dos servidores



A Central Única dos Trabalhadores - CUT manifesta o seu repúdio à decisão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em aprovar uma proposta inconstitucional de fim da estabilidade dos servidores públicos. Esta é mais uma ação que busca consolidar o golpe em desenvolvimento no país.

A aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 116/17, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que dispõe sobre a avaliação periódica dos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor estável.

A estabilidade no emprego público é uma contrapartida conquistada pela luta dos trabalhadores no serviço público, para com-

pensar o não acesso a alguns benefícios garantidos na CLT aos trabalhadores da iniciativa privada, para evitar a perseguição política e para garantir a continuidade nas políticas e serviços públicos.

O PLS nº 116/17 coloca em cheque a estabilidade ao submeter os servidores estáveis à avaliação de ocupantes de cargos comissionados, muitas vezes incompetentes e politicamente subordinados a padrinhos políticos de caráter duvidoso e deve ser compreendido no âmbito das medidas de austeridade que estão sendo impostas ao país por uma coalizão política de corruptos que age no sentido contrário ao que a maioria do povo decidiu nas urnas. O congelamento do orçamento para políticas sociais, a reforma trabalhista, a liberação da terceirização irrestrita, o fim da aposentadoria pelo sistema público e a demissão de servidores estáveis atendem a um único propósito: preservar o lucro dos empresários e garantir que os recursos dos impostos pagos pela população sejam abocanhados pelos banqueiros através dos títulos da dívida pública.

A CUT repudia o PLS nº 116/17, e orienta a todas as suas entidades a pressionar as bancadas de parlamentares em todo o país, para que rejeitem a mais este ataque contra os servidores e o serviço público. Nenhum direito a Menos!



**Atenção servidor/a** Quem faz a luta, também faz a festa!!!  
**12ª FESTA COMEMORATIVA DO DIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS**  
DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2017, A PARTIR DAS 18 HORAS, NO CLUBE OKINAWA